



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR  
7ª Superintendência Regional (Piauí)

**TERMO DE REFERÊNCIA – SRP  
PREGÃO ELETRÔNICO  
VALOR ESTIMADO PÚBLICO  
MENOR PREÇO**

**FORNECIMENTO, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP,  
TRANSPORTE, CARGA, DESCARGA E INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE  
EXTRAÇÃO DE MEL EM CONTAINERS, CLIMATIZADAS, PARA APOIO A  
APICULTURA NO ESTADO DO PIAUÍ, ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF - 7ª SR.**

**DEZEMBRO/2023**



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR  
7ª Superintendência Regional (Piauí)

## ÍNDICE

1OBJETO .....	3
2TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES .....	3
3CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO .....	4
4LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE .....	5
5DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS .....	5
6CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	6
7VISITA AOS LOCAIS DE ENTREGA .....	6
8PROPOSTA .....	7
9DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO .....	8
10ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	9
11PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS .....	10
12FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	11
13REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS .....	11
14REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS .....	11
15MULTAS .....	11
16FISCALIZAÇÃO .....	14
17RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS .....	13
18CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	15
19OBRIGAÇÕES DO(A) FORNECEDOR(A) .....	15
20OBRIGAÇÕES DA CODEVASF .....	16
21GARANTIA DOS MATERIAIS .....	17
22MATRIZ DE RISCO .....	18
23CONDIÇÕES GERAIS .....	19
24ANEXOS .....	19



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR  
7ª Superintendência Regional (Piauí)

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 OBJETO

Estabelecimento de normas, critérios e condições necessárias à realização de licitação para o fornecimento de 20 (vinte) unidades de extração de mel em containers, todas climatizadas, para apoio a apicultura no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF – 7ª SR.

- 1.1. Fornecedor, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga, descarga e instalação de 20 (vinte) unidades de extração de mel em containers, todas climatizadas, para apoio a apicultura no estado do Piauí área de atuação da CODEVASF – 7ª SR.

### 2 TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**TERMO DE REFERÊNCIA –TR** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

**EDITAL** – Documento pelo qual a Codevasf divulga o objeto a ser licitado e a minuta do contrato, bem como regula o procedimento licitatório a ser realizado, estabelecendo todas as condições de participação e o critério de julgamento adotado.

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

**ÁREA DE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS** – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos de equipamentos, objetos deste Termo de Referência.

**7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – 7ª SR** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Teresina/Piauí, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

**GERÊNCIA REGIONAL DE REVITALIZAÇÃO – 7ª/GRR** – Unidade da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos objetos deste Termo de Referência.

**UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL- 7ª/GRR/UDT** - Unidade técnica que tem por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos objetos deste Termo de Referência.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**CATMAT** – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR**  
**7ª Superintendência Regional (Piauí)**

**CATSERV** - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**ORDEN DE FORNECIMENTO** – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que vincula as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos fornecimentos, conforme estabelecido no edital e seus anexos.

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP** - procedimento especial de licitação, que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão, único do gênero, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação pela Administração.

**FORNECEDOR(A)** – Empresa licitante selecionada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Tipo de norma destinada a fixar as características dos bens a serem fornecidos, condições ou requisitos exigíveis para produtos e materiais fabricados.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

**DOCUMENTOS DE CONTRATO OU EQUIVALENTE** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

**SIASG** - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

### **3 CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO**

3.1. **Forma de Realização:** Forma eletrônica, por meio de sessão pública realizada pela rede mundial de computadores [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

3.2. **Órgão gerenciador:** CODEVASF - 7ªSR – UASG nº 195012

3.3. **Valor Estimado:** Público.

3.4. **Modo de Disputa:** Aberto.

3.5. **Critério de Julgamento:** Menor Preço, Art. 7º Decreto 10.024/2019.

3.6. **Validade da Ata:** 12 (doze) meses.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR**  
**7ª Superintendência Regional (Piauí)**

#### **4 LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE**

- 4.1 Os equipamentos objeto desta licitação serão entregues na zona rural dos municípios das bacias dos rios Parnaíba e Camurupim, compreendendo os 224 municípios do estado do Piauí, a ser definido quando da emissão da Ordem de Fornecimento.
- 4.2 Levando-se em conta a programação de disponibilização dos recursos orçamentários e a necessária logística das estruturas, objeto deste Termo de Referência, os fornecimentos serão realizados de forma parcelada, conforme cronograma a ser estabelecido entre as partes contratantes, devendo acontecer em dias úteis, no horário de 09:00 às 11:00 e de 14:30 às 16:00 horas.
- 4.3 Objetivando a entrega dos bens, a licitante vencedora deverá contatar a Unidade de Desenvolvimento Territorial – 7ª/GRR/UDT, através dos telefones (86) 3215-0152 e 3215-0198, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:30 às 17:30 horas, em dias úteis, para informar com antecedência mínima de 3 (três) dias, a data e a hora previstas para a entrega.
- 4.4 A descarga das unidades no local de entrega estabelecido pela CODEVASF é de inteira responsabilidade da licitante vencedora, eximindo-se a CODEVASF do fornecimento de quaisquer equipamentos para manuseio das respectivas unidades.
- 4.5 O meio de transporte e o acondicionamento do(s) item(ns) objeto deste Registro de Preços devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.
- 4.6 A limpeza do local, a construção das bases de concreto, piso cimentado entorno das unidades e a instalação/construção da fossa séptica e sumidouro ficarão a cargo da CODEVASF, através da entidade representativa dos produtores que será beneficiada.

#### **5 DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS**

- 5.1 O objeto do presente pregão compreende o fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga, descarga e instalação de unidades de extração de mel e de beneficiamento de pescado em containers, climatizadas, para apoio a apicultura e piscicultura no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF - 7ª SR.
- 5.2 Os bens ora licitados são aqueles cujas especificações técnicas e quantitativos estão descritos na Planilha (ANEXO II) e Desenhos (ANEXO III) integrantes destes Termo de Referência, a serem observados criteriosamente pelas licitantes.
- 5.3 Os bens ora licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (Lei nº 4.150, de 21.11.62), no que couber, e, principalmente, no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 5.4 A montagem dos equipamentos e supervisão de montagem fazem parte do Escopo de Fornecimento.
- 5.5 As unidades em container serão identificadas, por impressão direta (pintura), na fachada frontal, com dimensão proporcional do bem identificado, de forma a garantir a visualização rápida e clara dos termos da impressão, com a expressão “DOAÇÃO” acrescido da logomarca da CODEVASF.
- 5.6 A descarga dos equipamentos e materiais no local de entrega é de inteira responsabilidade do licitante e a CODEVASF não fornecerá pessoal nem os equipamentos necessários para o manuseio, devendo ser avisada via e-mail, com antecedência devida de até 5 (cinco) dias a previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos equipamentos e materiais a serem entregues.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR**  
**7ª Superintendência Regional (Piauí)**

- 5.7 Os bens, onde couber, deverão ser fabricados dentro dos padrões sanitários conforme legislação vigente.
- 5.8 O meio de transporte e o acondicionamento do(s) itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.
- 5.9 Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

## **6 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 6.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos, não se permitindo consórcios ou subcontratação.
- 6.2 Os licitantes poderão apresentar propostas para um ou mais itens individuais, discriminados na Planilha de Quantidades e Preços Orçados e nas Especificações Técnicas – Anexo II deste Termo de Referência.
- 6.3 As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.
- 6.4 **CONSÓRCIO**
  - 6.4.1 6.4.1 Não será permitida a participação de consórcio.
- 6.5 **SUBCONTRATAÇÃO**
  - 6.5.1 Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência.
- 6.6 **PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE**
  - 6.6.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

## **7 VISITA AOS LOCAIS DE ENTREGA**

- 7.1 O atestado de visita aos locais do fornecimento **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do local de entrega.
  - 7.1.1 Os custos de visita ao local onde serão entregues/instalados os equipamentos correrão por exclusiva conta do licitante.
  - 7.1.2 Em caso de dúvidas sobre onde serão entregues e instaladas as unidades objeto desse Termo de Referência ou para marcar/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Revitalização da CODEVASF, em Teresina, no estado do Piauí, nos telefones: (86) 3215-0128 ou (86) 3215-0198.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR**  
**7ª Superintendência Regional (Piauí)**

- 7.1.3 A visita ao local onde serão entregues os equipamentos deverá ser marcada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e deverá ser realizada em horário comercial. Os custos de visita ao local onde serão entregues/instalados os equipamentos correrão por exclusiva conta do licitante.

## **8 PROPOSTA**

8.1 As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados, informados preferencialmente em língua portuguesa;
  - b1) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
  - b2) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos da licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta;
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo II, que é parte integrante deste termo de Referência;
- d) Serão de responsabilidade do licitante vencedor o fornecimento abaixo, quando houver, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:
  - 1) Fornecimento de manuais detalhados, em língua portuguesa, de operação e manutenção para cada unidade apropriada dos equipamentos fornecidos em 02 (duas) vias e em meio eletrônico;
  - 2) Relação de ferramentas especiais para montagem e/ou manutenção dos equipamentos fornecidos.
- e) Cronograma físico-financeiro detalhando mês a mês as fases de fabricação, testes de fábrica, transporte e entrega dos equipamentos no local do projeto.

8.1.1 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

8.1.2 Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e de campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.1.3 Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade





**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR**  
**7ª Superintendência Regional (Piauí)**

- 8.1.4 Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o **menor preço global** avaliado, desde que esteja devidamente qualificada tecnicamente e aceita pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, observados os critérios acima estabelecidos, além de não conter desvios ou exceções aos requisitos técnicos.
- 8.1.5 A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou equívocos de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma dos materiais e serviços, constantes das especificações técnicas descritas na Planilha de Quantidades e Preços Orçados (ANEXO II), deste Termo de Referência.
- 8.1.6 A licitante deverá declarar, em sua Proposta Financeira, sob pena de desclassificação, o seguinte:
- 8.1.7 a) Descrição das principais características dos materiais ofertados, acompanhados de prospectos técnicos e catálogos, indicando a marca e o modelo;
- 8.1.8 b) Declaração de que fará a entrega dos materiais acompanhados dos respectivos certificados de garantia, fornecidos pelo fabricante, cuja validade não poderá ser inferior a 01 (um) ano;
- 8.1.9 c) Declaração de que, caso a assistência técnica para manutenção corretiva ou preventiva, quando couber, dos materiais constantes da Planilha I deste Termo de Referência ultrapasse 30 (trinta) dias, procederá a substituição dos mesmos por materiais de iguais características e especificações técnicas, sem nenhum ônus para a CODEVASF se ocorrer dentro do período estabelecido na alínea "b" deste subitem.

## **9 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

- 9.1 Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.
- 9.2 Para fins de qualificação técnico-operacional e técnico-profissional, deverão ser apresentados/comprovados:
- 9.3 Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, conforme legislação vigente.
- 9.4 b) Atestado de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privada, acompanhado (s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT – dos profissionais, expedida(s) pelo CREA da região onde os serviços foram executados, que comprove que a licitante tenha executado **pelo menos 1 (uma) construção e instalação de unidades utilizando containers como estrutura/base para as edificações.**
- 9.5 b1) Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante executou **edificações tendo containers como estrutura/base da construção.**
- 9.6 b2) Será aceito o somatório de atestados de períodos concomitantes ou não para comprovar a capacidade técnica.
- 9.7 b3) O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
- 9.8 c) Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e





**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR**  
**7ª Superintendência Regional (Piauí)**

números(s) de registro(s) no CREA; descrições técnicas sucinta indicando os serviços executados e o prazo final de execução.

- 9.9 Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado serviço de construção e instalação de unidade utilizando containers como estrutura/base para as edificações.
- 9.10 Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:
- 9.11 O empregado;
- 9.12 O sócio;
- 9.13 O detentor de contrato de prestação de serviço.
- 9.14 A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.
- 9.14.1 Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma.
- 9.14.2 No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.
- 9.15 9.3 As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

## 10 ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 A CODEVASF se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global estimado de **R\$ 3.441.877,60 (três milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta centavos)**, a preços de dezembro/2023, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Especificações Técnicas, constantes do Anexo II deste termo de Referência.

ORÇAMENTO ESTIMATIVO RESUMO		Data: novembro de 2022		
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	QUANT	TOTAL R\$
1	UNIDADE DE EXTRAÇÃO DE MEL CLIMATIZADA (CONFORME PROJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS)	R\$ 172.093,88	16	R\$ 2.753.502,08
2	COTA DO ITEM 1 - (EXCLUSIVIDADE PARA ME e EPP) - UNIDADE DE EXTRAÇÃO DE MEL CLIMATIZADA (CONFORME PROJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS)	R\$ 172.093,88	4	R\$ 688.375,52
TOTAL			10	R\$ 3.441.877,60

- 10.2 A participação das licitantes, conforme os itens, será da seguinte forma:



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR**  
**7ª Superintendência Regional (Piauí)**

O Item 1 é aberto para participação de todas as empresas;

O item 2 são cotas de até 25%, destinados para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Decreto 8.538/15, art. 8º).

10.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

## 11 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

11.1 O prazo de validade dos preços apresentados neste TR é de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

11.2 O prazo para vigência da ordem de fornecimento será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data da assinatura da Ordem de Fornecimento (OF), podendo esta vigência ser prorrogada por igual período, desde que não ultrapasse a vigência da Ata de Registro de Preços correspondente.

11.3 O prazo para entrega do objeto deste TR será de 300 (trezentos) dias, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.

11.4 Ao prazo de fornecimento do contrato, será acrescido o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos para pagamento e, ainda, 30 (trinta) dias consecutivos para a expedição do Termo de Encerramento Físico Contratual, totalizando o prazo de vigência do contrato em 360 dias, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento pela Contratada.

11.5 O cronograma físico de vigência do contrato a partir da emissão da Ordem de Fornecimento:

Cronograma Físico												
Itens/Prazo em dias	30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	360
Fabricação da estrutura												
Entrega da estrutura												
Instalação elétrica e hidro sanitária												
Recebimento												
Emissão do TEF												

11.6 Na contagem dos respectivos prazos, excluir-se-á o dia início e incluir-se-á o dia do vencimento, prorrogando-se para o primeiro dia útil subsequente em caso de vencimento em dia não útil.

11.7 Nos casos em que o instrumento de contrato for substituído pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente, estes serão enviados por e-mail e o recebimento dos mesmos, implica no reconhecimento do início do prazo da referida contratação, assim como a subordinação do negócio às disposições estabelecidas na Lei 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF.

## 12 FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR**  
**7ª Superintendência Regional (Piauí)**

- 12.1 Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preço unitário do material, efetivamente entregue e instalado, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme a legislação vigente.
- 12.2 Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela.

### **13 REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 13.1 Os preços ofertados em Ata serão fixos e irrevogáveis. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador (CODEVASF) promover negociações junto às licitantes participantes, observadas as disposições do Capítulo VIII do Decreto n.º 7.892/2013.

### **14 REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

- 14.1 Os preços permanecerão válidos pelo período de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura da ata. Após este prazo, poderão ser reajustados, de acordo com a variação do índice setorial publicado na revista "conjuntura econômica" da Fundação Getúlio Vargas, correspondente Série 15 -AO 1420787, (IPAOG-DI- Metalurgia Básica), aplicando-se a seguinte fórmula:

#### **FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO**

$$R = V \left[ \frac{I1 - I0}{I0} \right], \text{ onde:}$$

**Onde:**

"R" é o valor do reajuste procurado

"V" é o valor contratual a ser reajustado

"I1" é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

"I0" é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta

- 14.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 14.1.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 14.1.3 14.1.3 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

### **15 MULTAS**

- 15.1 Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto fornecido, por culpa exclusiva da FORNECEDORA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato/ordem de



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR**  
**7ª Superintendência Regional (Piauí)**

fornecimento por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

- a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).
- 15.2 Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da FORNECEDORA
- 15.3 , será cobrada multa baseada no valor do contrato/ordem de fornecimento, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato/ordem de fornecimento conforme a Tabela 1;
- b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;
- c) 12% (doze por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento no caso de inexecução total.

**Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial**

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%

**Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectivo penalidade**

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

- 15.4 Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, o(a) FORNECEDOR(A) ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 15.5 Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.
- a) A multa será descontada do valor do faturamento do(a) FORNECEDOR(A);
- b) Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor do faturamento, além da perda desta, o FORNECEDOR(A) responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- c) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, o FORNECEDOR(A) será convocado para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR**  
**7ª Superintendência Regional (Piauí)**

- d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pelo FORNECEDOR(A), este será convocado a recolher à Gerência de Finanças da CODEVASF 7ª SR – 7ª GRA/UFN - o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 15.6 O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de ciência da aplicação multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvida a fiscalização, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 15.7 Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da CODEVASF, que poderá rejeitar ou não a multa.
- 15.8 Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 15.9 Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

## **16 FISCALIZAÇÃO**

- 16.1 A gestão da ordem de fornecimento, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando o objeto em conformidade com o Edital e a Ata de Registro de Preços, observando a ordem de fornecimento e demais documentos pertinentes.
- 16.2 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução da ordem de fornecimento, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.
- 16.3 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante o(a) FORNECEDOR(A), inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já o(a) FORNECEDOR(A) a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 16.4 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do TR, dando conhecimento do fato à Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas, responsável pela execução do pactuado.
- 16.5 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 16.6 Das decisões da Fiscalização poderá o FORNECEDOR(A) recorrer à Área de Revitalização de Bacias Hidrográficas da CODEVASF, responsável pelo acompanhamento do fornecimento, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 16.7 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá o FORNECEDOR(A) da integral responsabilidade pela execução do objeto da ordem de fornecimento.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR**  
**7ª Superintendência Regional (Piauí)**

- 16.8 Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, à seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.
- 16.9 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ordem de fornecimento, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **17 RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS**

- 17.1 Após o término dos fornecimentos objeto deste TR, o(a) FORNECEDOR(A) requererá à CODEVASF, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.
- 17.1.1 O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:
- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do(a) fornecedor(a);
  - b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- b1) O(A) fornecedor(a) é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 17.1.2 Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.
- 17.1.3 Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do(a) FORNECEDOR(A).
- 17.1.4 A CODEVASF rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o TR.
- 17.2 Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que o(a) FORNECEDOR(A), às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.
- 17.3 O(A) FORNECEDOR(A) entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- a) Emissão, pela CODEVASF, do Atestado de Capacidade Técnica;
  - b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
- 17.4 Aceitos e aprovados os fornecimentos, a CODEVASF emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado do FORNECEDOR(A)





**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR**  
**7ª Superintendência Regional (Piauí)**

- 17.5 O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela CODEVASF sobre a execução do objeto constante na ordem de fornecimento.
- 17.6 A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.
- 17.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do FORNECEDOR(A) pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do TR.

## **18 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

- 18.1 O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010:
  - 18.1.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
  - 18.1.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 18.2
  - 18.2.1 Devem ser garantidos durante o transporte e armazenamento dos bens, a máxima proteção possível;
  - 18.2.2 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 18.3 O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.
- 18.4 Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a CODEVASF poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da emissão da ordem de fornecimento, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.
- 18.5 Caso a fornecedora seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitui as exigências do item 18.2 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

## **19 OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 19.1 Constituem obrigações da licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços:
- 19.2 Fornecer os bens objeto desta licitação conforme condições, especificações e preços registrados, efetuando sua entrega em perfeitas condições, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações de marca, fabricante, procedência, prazo de validade, número do contrato e dados bancários para pagamento (banco, nome e código da agência, e conta corrente);



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR**  
**7ª Superintendência Regional (Piauí)**

- 19.3
- 19.4 Comunicar a CODEVASF, através do e-mail 7a.sl@codevasf.gov.br, toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados;
- 19.5 Fornecedor de manuais detalhados, em língua portuguesa, de manutenção em 02 (duas) vias e em meio eletrônico.
- 19.6 Relação de ferramentas especiais para instalação/montagem e/ou manutenção, quando for o caso;
- 19.7 Lista de todas as peças de reposição necessárias ao bom funcionamento dos materiais por um período de 02 (dois) anos após a entrada em operação, quando for o caso;
- 19.8 cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 19.9 O(a) fornecedor(a) deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da CODEVASF, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis;
- 19.10 O(a) fornecedor(a) deverá apresentar, quando solicitado, catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sob a forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:
- i. Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
  - ii. Desenhos preliminares dos equipamentos e materiais ofertados com dimensões, peso e demais características;
  - iii. No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta.
- a) A descarga dos equipamentos/materiais adquiridos deve ser avisada via e-mail ou telefone, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.

## **20 OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**

- 20.1 Exigir do FORNECEDOR(A) o cumprimento integral deste TR.
- 20.2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pelo(a) FORNECEDOR(A), através de correspondências protocoladas.
- 20.3 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto da ordem de fornecimento.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR**  
**7ª Superintendência Regional (Piauí)**

- 20.4 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas ao FORNECEDOR(A), determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 20.5 Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 20.6 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos do(a) fornecedora(a).
- 20.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto neste Termo de Referência.

## **21 GARANTIA DOS MATERIAIS**

- 21.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 21.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Demandante.
- 21.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo(a) próprio(a) FORNECEDOR(A), ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 21.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 21.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 21.6 Uma vez notificada, o(a) FORNECEDOR(A) realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo(a) FORNECEDOR(A) ou pela assistência técnica autorizada.
- 21.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do(a) FORNECEDOR(A), aceita pela Demandante.
- 21.8 Na hipótese do subitem acima, o(a) FONECEDOR(A) deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Demandante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 21.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo(a) FORNECEDOR(A), fica a Demandante autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do(a) FORNECEDOR(A) o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR**  
**7ª Superintendência Regional (Piauí)**

- 21.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do FORNECEDOR(A).
- 21.11 A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado na ordem de fornecimento, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a ordem de fornecimento.

## **22 MATRIZ DE RISCO**

- 22.1 A matriz de risco está apresentada no anexo V deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes ao fornecimento, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 22.2 O(A) FORNECEDOR(A) não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz é da CODEVASF.
- 22.3 O(A) FORNECEDOR(A) é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para o FORNECEDOR(A).
- 22.4 Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 22.5 O(A) FORNECEDOR(A) tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 22.6 O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução da ordem de fornecimento.
- 22.7 Sempre que atendidas as condições da ordem de fornecimento e mantidas as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 22.8 O(A) FORNECEDOR(A) somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.
- 22.9 Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 22.10 A referida matriz de risco é parte integrante da ordem de fornecimento, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas - AR  
7ª Superintendência Regional (Piauí)

## **23 CONDIÇÕES GERAIS**

- 23.1 Este Termo de Referência e seus anexos são parte integrante do Edital, da Ata de Registro de Preços, da Ordem de Fornecimento – OF e dos contratos a serem firmados com as licitantes vencedoras, independente de transcrições.
- 23.2 Será permitida adesão a Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes, nos termos da legislação vigente.

## **24 ANEXOS**

24.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativas;
- Anexo II – Planilha de Quantitativos e Preços Máximos;
- Anexo III - Desenhos
- Anexo IV – Especificações;
- Anexo V – Modelo de Logomarca da CODEVASF;
- Anexo VI – Matriz de Risco;
- Anexo VII – Composição.